

Wilson Vilalba Xavier

Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera - UNIDERP. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM.

Membro da Comissão de Defesa e Assistência das Prerrogativas dos Advogados da OAB/MS. É autor do Livro Código Penal Comentado e suas Interpretações pelos Tribunais (2014).



RESPONSABILIDADE E ABUSO DOS BANCOS

2ª Edição

Contemplar

ISBN: 978-85-63540-70-6

Autor
Wilson Vilalba Xavier

Colaboradores
Eduardo Barbosa de Araújo
Marcos Roberto Bussab
Jocelia Marcimiano da Silva
João Roberto de Toledo
Rafael Nogueira de Lucena

Capa e Diagramação
Aline Vieira Pipino

Revisão Geral
Bruno Lago Pipino
Mario do Carmo Ricalde

Xavier, Wilson Vilalba.

Responsabilidade e Abuso dos Bancos / Wilson Vilalba Xavier. 2ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2015.

1. Direito. 2. Civil.
I. Título.

CDD: 340
CDU: 342.15

Todo o conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à


EDITORA
Contemplar

Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideú.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: contato@editoracontemplar.com.br

site: www.editoracontemplar.com.br

Sumário

CAPÍTULO 1. RESPONSABILIDADE CIVIL

| | |
|---|----|
| 1. A Responsabilidade Civil das Instituições Financeiras | 17 |
| 1.1. Introdução | 17 |
| 1.2. Conceito de Instituição Financeira | 18 |
| 1.3. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor | 19 |
| 1.4. Da Responsabilidade da Instituição Financeira | 27 |
| 1.5. Competência Judicial e Administrativa | 27 |
| 1.6. Da Responsabilidade dos Administradores da Instituição Financeira..... | 32 |
| 2. A Responsabilidade civil das instituições financeiras no relacionamento com seus clientes | 37 |
| 2.1. Introdução | 37 |
| 2.2. Responsabilidade civil do banco pelo assalto cometido no caixa eletrônico | 38 |
| 2.3. Responsabilidade civil do banco pelo não pagamento do convênio médico | 41 |
| 2.4. Possibilidade de retirada da responsabilidade civil do banco caso o assalto ao motoqueiro seja considerado fato de terceiro | 42 |
| 2.5. Consequências caso fosse constatada a falta de fundos anterior ao assalto em sua conta | 45 |
| 2.6. Responsável pela baixa no banco de dados e no cartório de protesto | 46 |
| 2.7. Disponibilização de cadastro e informações bancárias sem autorização de seu titular | 47 |
| 2.8. Possibilidade de o banco enviar informações para as empresas de proteção ao crédito | 49 |
| 2.9. Conclusão | 51 |
| 3. O Código Civil em Vigor e o Dano Moral | 52 |

CAPÍTULO 2. DOS JUROS

| | |
|--|-----|
| 1. Juros no Direito Brasileiro | 57 |
| 1.1. Breve Histórico | 57 |
| 2. Conceito | 60 |
| 3. Classificação | 62 |
| 4. Juros Remuneratórios | 67 |
| 5. Julgamento das Questões Idênticas que Caracterizam a Multiplicidade - Art. 543, § 7º do CPC | 81 |
| 6. Juros de Mora | 124 |
| 7. Juros Legais | 126 |
| 8. A Capitalização dos Juros | 127 |

CAPÍTULO 3. CRÉDITO RURAL

| | |
|--|-----|
| 1. Objetivos | 133 |
| 2. Atividades que Podem ser Financiadas pelo Crédito Rural | 136 |
| 3. Das pessoas que podem usufruir do Crédito Rural | 137 |
| 4. A contratação de assistência técnica | 138 |
| 5. Exigências essenciais para concessão de crédito rural | 138 |
| 6. Garantias necessárias para obtenção de financiamento rural | 139 |
| 6.1. Do Penhor | 139 |
| 6.2. Alienação fiduciária | 140 |
| 6.3. Da Hipoteca | 141 |
| 6.4. Fiança | 141 |
| 6.5. Aval | 144 |
| 6.6. Seguro rural | 148 |
| 6.7. Proteção de preço futuro da <i>commodity</i> agropecuária | 149 |
| 7. Despesas sujeitas ao crédito rural | 150 |

| | |
|---|-----|
| 8. Classificação dos recursos do crédito rural | 153 |
| 9. Limites de financiamento | 154 |
| 10. Taxas efetivas de juros segundo a origem dos recursos aplicados ... | 155 |
| 11. Financiamentos ao amparo dos Programas com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) | 155 |
| 12. Liberação do Crédito Rural | 156 |
| 13. O Pagamento do Crédito Rural | 156 |
| 14. Instrumentos Utilizados para a Formalização do Crédito Rural | 158 |
| 15. Nota Promissória Rural | 161 |
| 16. Duplicata Rural | 165 |
| 17. Utilização dos Títulos de Crédito Rural | 167 |
| 18. A eficácia do crédito rural contra terceiros | 167 |
| 19. Juros remuneratórios | 168 |
| 20. Sistema nacional de crédito rural (SNCR) | 170 |
| 21. Jurisprudências Relacionadas | 172 |
| 22. Do Crédito de Custeio | 176 |
| 23. Do Crédito de investimento | 180 |
| 23.1. Linhas gerais de Crédito | 183 |
| 23.1.1. Com recursos da parcela obrigatória dos depósitos à vista..... | 183 |
| 23.1.2. BNDES/FINAME Agrícola | 184 |
| 23.1.3. BNDES PSI - Bens de Capital | 185 |
| 23.1.4. BNDES Automático | 192 |
| 24. "Famílias de programas" BNDES | 199 |
| 24.1. Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) | 199 |
| 24.2. Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra)... | 203 |
| 24.3. Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro) | 205 |

| | |
|---|-----|
| 24.4. Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) | 207 |
| 24.5. Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) | 208 |
| 24.6. Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC) | 211 |
| 24.7. Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro) | 215 |
| 24.8. Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) ... | 217 |
| 24.9. Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (BNDES Prorenova) | 218 |
| 25. Do Crédito de Comercialização | 219 |
| 25.1. Pré-comercialização | 220 |
| 25.2. Desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR) | 221 |
| 25.3. Financiamento para estocagem de produtos agropecuários | 222 |
| 25.4. Financiamento de proteção de preços e/ou prêmios de risco de equalização de preços sobre contratos de opção de compra e venda como instrumento de política agrícola | 224 |
| 25.4.1. Contratos de Opção de Compra | 224 |
| 25.4.2. Contratos de Opção de Venda | 225 |
| 25.5. Financiamento para garantia de preços ao produtor (FGPP) | 227 |
| 26. Do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp..... | 230 |

CAPÍTULO 4. DO CHEQUE

| | |
|------------------------------------|-----|
| 1. Definição | 235 |
| 2. Requisitos Essenciais..... | 237 |
| 3. Aceite | 238 |
| 4. Devolução de cheque..... | 240 |
| 5. Furto ou Roubo de Cheques | 247 |

| | |
|--|-----|
| 6. As Novas Regras Trazidas pela Resolução nº 3.972 de 28 de Abril de 2011 (BACEN) | 248 |
| 7. Consequências para o Correntista que Emitir Cheque sem Fundos ou Sustar Indevidamente o seu Pagamento | 250 |
| 8. Procedimento do Banco Quando o Cheque Apresentar Valor Numérico Diferente do Valor por Extenso | 252 |
| 9. Prazos para pagamento de cheques | 253 |
| 10. Cheque Cruzado | 253 |
| 11. Obrigação do Fornecimento de Talões de Cheques | 253 |
| 12. Jurisprudências Relacionadas | 254 |
| 12.1. Equívoco na compensação de cheque | 254 |
| 12.2. Cheque Furtado | 255 |
| 12.3. Inscrição Indevida do CPF como Emitente de Cheques sem Provisão de Fundos | 258 |
| 12.4. Cheque Devolvido sem Motivo | 261 |
| 12.5. Subtração de Talonários de Cheques que se Encontram Sobre a Guarda da Instituição Financeira | 263 |
| 12.6. Contrato de Abertura de Crédito Rotativo (Cheque especial) | 263 |
| 12.7. Compensação de Cheque Nominal sem Endosso | 264 |
| 12.8. Cheque - Juros Moratórios e Remuneratórios - Limitação Legal | 265 |
| 12.9. Compensação de Cheque Prescrito | 267 |
| 12.10. Cheque Clonado | 268 |
| 12.11. Cheque Fraudado | 268 |

CAPÍTULO 5. DA PENHORA *ON-LINE*

| | |
|--|-----|
| 1. Conceito | 271 |
| 2. Origem | 273 |
| 2.1. Da Nomenclatura: Penhora <i>on-line</i> | 275 |
| 2.2. Da Natureza Jurídica | 276 |
| 2.3. Características | 277 |

| | |
|---|-----|
| 2.3.1. Da celeridade | 278 |
| 2.3.2. Da credibilidade | 280 |
| 2.3.3. Diminuição do valor das custas processuais | 281 |
| 3. Do procedimento processual. Conclusão. | 282 |

CAPÍTULO 6. CARTÃO DE CRÉDITO

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 1. Considerações Iniciais | 285 |
| 2. Conceito | 286 |
| 3. Tipos de Cartão | 287 |
| 3.1. Cartão de Débito | 288 |
| 3.2. Cartão Múltiplo | 289 |
| 3.3. Cartão Pré-Pago | 289 |
| 3.4. Cartão de Loja | 289 |
| 3.5. Cartão Internacional | 289 |
| 4. Comprovante de Pagamento | 290 |
| 5. Validade do Cartão | 291 |
| 6. Contrato de Adesão | 291 |
| 7. Cláusulas Abusivas | 292 |
| 8. Jurisprudências Relacionadas | 295 |

CAPÍTULO 7. PENHOR, HIPOTECA E ANTICRESE

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 1. Linhas gerais do instituto | 299 |
| 2. Jurisprudências Relacionadas | 308 |

CAPÍTULO 8. LEASING

| | |
|--|-----|
| 1. Conceito | 313 |
| 2. Quitação do <i>Leasing</i> Antes do Término do Contrato | 320 |
| 3. Jurisprudências Relacionadas | 321 |

CAPÍTULO 9. REVISÃO DOS CONTRATOS BANCÁRIOS

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 325 |
| 2. Análise crítica à luz da jurisprudência do STJ | 326 |
| 3. Juros remuneratórios | 328 |
| 3.1. Conceito | 328 |
| 3.2. Contextualização evolutiva da limitação da taxa de juros remuneratórios a 1% ao mês e inconstitucionalidade da súmula 596 do STF | 328 |
| 3.3. Limitação dos juros remuneratórios no Código Civil de 2002 | 331 |
| 4. Configuração da mora | 332 |
| 5. Juros moratórios e a inscrição e manutenção em cadastro de inadimplentes do devedor | 333 |
| 6. Revisão contratual "ex officio" | 334 |
| 7. Jurisprudências Relacionadas | 336 |

CAPÍTULO 10. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

| | |
|--|-----|
| 1. Inovações Processuais | 341 |
| 2. Alienação Fiduciária de Bem Imóvel | 349 |
| 3. Depositário Infiel | 354 |
| 4. Da ação de busca e apreensão | 356 |
| 5. Da conversão da ação de busca e apreensão em depósito | 359 |

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 6. Da execução | 360 |
| 7. Jurisprudências Relacionadas | 361 |

CAPÍTULO 11. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 373 |
| 2. Os contratos do SFH anteriores ao CDC sem cobertura pelo FCVS - saldo residual (Lei nº 11.922/09) | 375 |
| 2.1. A posição do STJ no sentido da aplicabilidade do CDC aos contratos firmados antes da entrada em vigor daquela norma legal | 375 |
| 2.2. A eficácia mínima de que se devem revestir as normas consti- tucionais em geral | 376 |
| 2.3. O FCVS e a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos contratos habitacionais que contêm previsão de cobertura por este fundo | 378 |
| 2.4. A Lei nº 11.922/09 e a possibilidade de refinanciamento dos saldos devedores | 379 |
| 2.5. Trata-se de novação <i>Ope Legis</i> das dívidas oriundas de contratos anteriores a 05/09/2001? | 381 |
| 2.6. O art. 5º, parágrafos 2º e 3º da Lei nº 11.922/09 e a possibilidade de aplicação das normas constantes do CDC aos contratos renegociados | 382 |
| 2.7. Os princípios da boa-fé objetiva e da função social dos contratos..... | 384 |
| 2.8. Art. 5º da LINDB e o direito social de moradia | 388 |
| 3. Observações inerentes ao Sistema Financeiro de Habitação | 389 |
| 4. A vontade do legislador na defesa do princípio da irretroatividade das Leis | 391 |
| 4.1. Introdução | 391 |
| 4.2. Consideração de ordem histórica | 391 |
| 4.3. Análise da votação da MP 513/11 no senado | 394 |
| 4.4. Da absorção do FESA pelo FCVS | 398 |
| 4.5. Conclusão | 400 |

CAPÍTULO 12. COBRANÇA INDEVIDA

| | |
|--|-----|
| 1. Cobranças de Taxas Indevidas | 401 |
| 2. Conta salário e a cobrança indevida de tarifas bancárias com posterior anotação no SPC/SERASA | 420 |

CAPÍTULO 13. MODELOS DE AÇÕES

| | |
|--|-----|
| 1. Ação de Dano Moral Bancário | 429 |
| 2. Dano Moral - Inclusão Indevida no (SERASA) | 443 |
| 3. Dano Moral - Indenização e Obrigação de Fazer por Lançamentos Indevidos em Conta Corrente | 451 |
| 4. Dano Moral - Indenização por Cheque Devolvido Indevidamente | 458 |
| 5. Dano Moral - Indenização por Restrição ao Crédito | 462 |
| 6. Dano Moral - Obrigação de Fazer Cumulada com Ação de Obrigação de Não Fazer, Ação de Danos Morais e Ação de Danos Patrimoniais Contra Administradora de Cartão de Crédito | 467 |
| 7. Dano Moral - Saques Indevidos - Ação de Indenização por Dano Material c/ Dano Moral | 478 |
| 8. Ação de Indenização por dano moral (documentos utilizados por estelionatários para abrir conta corrente) | 484 |
| 9. Ação de danos morais e danos materiais por desconto de cheque fraudado | 497 |
| 10. Ação de danos morais e danos materiais contra instituição bancária por indevida entrega de talão de cheques para terceiros | 507 |
| 11. Ação de danos morais, em virtude a constrangimento causado por porta giratória | 514 |
| 12. Cheque Prescrito - Ação Monitória | 521 |
| 13. Agiotagem - Contestação - Ação de Cobrança | 524 |
| 14. Embargos de Terceiro - Ação de Execução Contra Devedores Solventes | 530 |

| | |
|---|-----|
| 15. Pedido de Parcelamento de Execução | 537 |
| 16. Ação Revisional de Encargos Financeiros cumulada com Repetição de Indébito contra Administradora de Cartão de Crédito | 538 |
| 17. Ação Declaratória de Revisão de Cláusulas Contratuais com Pedido de Restituição de valores e Repetição de Indébito | 544 |
| 18. Ação de Prestação de Contas Contra Instituição Financeira | 558 |
| 19. Ação de Consignação em Pagamento c/c Revisão Contratual c/c Exibição de Contrato com Pedido Liminar de Tutela Antecipatória | 566 |
| 20. Ação de Consignação em Pagamento - (SFH) | 589 |
| 21. Ação Revisional de Financiamento de Veículo | 595 |
| 22. Ação Revisional CDC c/c Consignação em Pagamento - Financiamento de Veículo | 600 |
| 23. Ação de Consignação em Pagamento c/c Revisão Contratual - Financiamento de Veículo | 622 |
| 24. Ação Declaratória de Quitação de Débito | 646 |
| 25. Pedido de Suspensão de Busca e Apreensão | 652 |
| 26. Pedido de Levantamento de Saldo Remanescente de Financiamento | 654 |
| 27. Contestação à Ação de Busca e Apreensão | 655 |
| 28. Ação Revisional de Cheque Especial | 672 |
| 29. Ação Revisional - Contestação - Conta Corrente - Abertura de Crédito | 684 |
| 30. <i>Leasing</i> - Ação Revisional de Contrato c/c Consignação Incidental com Pedido de Tutela Antecipada | 691 |
| 31. Ação Revisional Arrendamento Mercantil (<i>Leasing</i>) | 722 |
| 32. Ação Revisional de Contrato de Financiamento c/c Pedido de Liminar e Consignação em Pagamento | 727 |
| 33. Saque Indevido - Ação de Restituição | 744 |
| 34. Embargos à Execução | 746 |

| | |
|---|-----|
| 35. Embargos Declaratórios (1ª Instância) Constitutiva Negativa de Nulidade de Cédulas de Crédito Rural | 793 |
| 36. Embargos Declaratório (2ª Instância) | 795 |
| 37. Impugnação à Contestação de Ação Revisional | 800 |
| 38. Agravo ao STJ Contra Decisão que Negou Recurso Especial e Extraordinário | 815 |
| 39. Agravo ao STF Contra Decisão que Negou Recurso Especial e Extraordinário | 850 |

CAPÍTULO 14. LEGISLAÇÃO BANCÁRIA

| | |
|---|-----|
| 1. Decreto-Lei nº 167 de 14/02/1967 | 863 |
| 2. Decreto-Lei nº 413 de 9 de Janeiro de 1969 | 885 |
| 3. Lei nº 492, de 30 de Setembro de 1937 | 902 |
| 4. Lei nº 8.929, de 22 de Agosto de 1994 | 914 |
| 5. Lei nº 4595 de 31 de Dezembro de 1964 (Sistema Financeiro Nacional) | 919 |
| 6. Lei nº 7.357 de 2 de Setembro de 1985 | 942 |
| 7. Lei nº 9.514 de 20 de Novembro de 1997 (Lei de Alienação Fiduciária) | 958 |
| 8. Resolução nº 3.694, de 26 de Março de 2009 (Resoluções do BACEN) | 975 |
| 9. Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 | 978 |
| 10. Regulamento Anexo I à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 .. | 981 |
| 11. Regulamento Anexo II à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 .. | 982 |
| 12. Regulamento Anexo III à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 | 987 |
| 13. Regulamento Anexo IV à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 | 989 |
| 14. Regulamento Anexo V à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 | 990 |

| | |
|---|-------------|
| 15. Resolução nº 3.854, de 27 de Maio de 2010 | 991 |
| 16. Resolução nº 3.846 de 25 de Março de 2010 | 995 |
| 17. Resolução nº 3.864, de 7 de Junho de 2010 | 996 |
| 18. Resolução nº 3.972 de 28 de Abril de 2011 | 997 |
| 19. Resolução nº 3.973 de 26 de Maio de 2011 | 1003 |
| 20. Resolução nº 3.974 de 27 de Maio de 2011 | 1004 |
| 21. Resolução nº 3.976 de 27 de Maio de 2011 | 1005 |
| 22. Resolução nº 3.977 de 31 de Maio de 2011 | 1006 |
| 23. Resolução nº 3.978 de 31 de Maio de 2011 | 1011 |
| 24. Resolução nº 3.979 de 31 de maio de 2011 | 1014 |
| 25. Resolução nº 3.980 de 31 de maio de 2011 | 1033 |
| 26. Resolução nº 3.981 de 1º de junho de 2011 | 1034 |
| 27. Resolução nº 3.995, de 28 de julho de 2011 | 1035 |
| 28. Resolução nº 4.143, de 27 de Setembro de 2012 | 1036 |
| 29. Resolução nº 4.198, de 15 de Março de 2013 | 1037 |
| 30. Resolução nº 4.197, de 15 de Março de 2013 | 1038 |
| 31. Resolução nº 4.196, de 15 de Março de 2013 | 1039 |
| 32. Resolução nº 4.240, de 28 de Junho de 2013 | 1042 |
| 33. Resolução nº 4.271, de 30 de Setembro de 2013 | 1043 |
| 34. Resolução nº 4.292, de 20 de Dezembro de 2013 | 1045 |
| Referências Bibliográficas | 1051 |